A grande imprensa censura o debate: a doutrinação ideológica nas páginas do *Estadão* (2016)

CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME*

Resumo: Este artigo mostra como a grande imprensa atua diariamente para censurar o debate público. A fonte e objeto de análise é o Espaço Aberto publicado à página A2 do jornal *O Estado de S. Paulo* ao longo de todo o ano de 2016. No ano do golpe, o jornal patrocinou em suas páginas um indisfarçado monólogo doutrinário e ideológico com vista a legitimar a deposição da presidenta Dilma, sustentar o governo Michel Temer, incitar a Lava Jato contra o PT e exigir uma pauta de reformas neoliberais. Nenhum texto divergente destas teses foi publicado pelo periódico que assim atuou como censor e não como agente neutro ou garantidor da liberdade de expressão.

Palavras-chave: censura; imprensa; *impeachment*; golpe; Dilma.

The mainstream press censors the debate: the ideological indoctrination in the pages of *Estadão* (2016)

Abstract: This article shows how the mainstream press acts daily to censor public debate. The source and object of analysis is the *Espaço Aberto* published on page A2 of the newspaper *O Estado de S. Paulo* throughout the year of 2016. In the year of the coup, the newspaper sponsored an evident doctrinal and ideological monologue on its pages in order to legitimize the ousting of President Dilma, supported the Michel Temer government, incited the *Lava Jato* against PT and demanded a neoliberal reform agenda. No text diverging from these theses was published by the newspaper, which acted as a censor and not as a neutral agent or guarantor of freedom of expression.

Key words: censure; press; *impeachment*; coup; Dilma

* CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME é Doutor em História Política pela Universidade Estadual de Maringá; professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

Introdução

Conforme o tempo avança e novas evidências vêm à tona, a história do processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) ganha novos capítulos, abordagens, argumentos e documentos. Muitos dos trabalhos acadêmicos que debatem os fatos de 2016 apontam para o papel fundamental desempenhado pela grande imprensa no agravamento da crise política e econômica. Foi a culminação de um trabalho coletivo de décadas que incitou a população contra os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e suas políticas econômicas e sociais. No ano de 2016, parte da imprensa exagerou em culpar o governo Dilma Rousseff pela crise econômica, incitou diariamente a Lava Jato a prender o ex-presidente Lula da Silva e fez escancarada campanha editorial a favor da deposição do governo petista e da sustentação de Michel Temer e sua política neoliberal. Fato é que a imprensa fez seu papel de empobrecer o debate político, repetindo o modo de operação de outros momentos da história do Brasil. Houve indisfarçado ativismo político-partidário e, assim, a imprensa se tornou ator político central e fundamental para a consolidação do golpe de 2016 (BIROLI e MIGUEL, 2017).

Este artigo contribui com a bibliografia que avalia a imprensa como importante agente desestabilizador em 2016 (GUAZINA *et al*, 2019) (ALVES *et al*, 2018). Para tanto, analisa um espaço específico de um importante diário de âmbito nacional. A fonte de análise é o *Espaço Aberto*, diariamente publicado na página A2 do jornal *O Estado de S. Paulo* (*Estadão* ou *OESP*). Como o nome sugere, o espaço é alegadamente aberto para que nele se discuta, pelos textos de colaboradores regulares ou

ocasionais, a diversidade de temas e perspectivas existentes na sociedade brasileira. Na prática, o que se observa na leitura dos textos publicados é um monólogo sem nenhuma pluralidade de ideias e com articulistas ligados a apenas um campo político-ideológico.

O jornal *O Estado de S. Paulo* tem histórico político controverso, sempre justificando rasgos na Constituição por medo de que as classes populares aumentem a influência política: apoiou o Movimento de 1930; pegou em armas em 1932 contra Getúlio Vargas; apoiou o estado de sítio que deu vez à Ditadura do Estado Novo em 1937; fez oposição moralista e ideológica ao eleito Vargas em 1954; conspirou contra João Goulart em 1964; entregou aos militares um esboço do primeiro Ato Institucional; exigiu mais cassações de políticos progressistas pelos ditadores; posicionou-se contra os direitos sociais e trabalhistas na Constituinte; forçou o consenso em torno da ideologia neoliberal nos anos 1980 e cobrou de Collor e Itamar a implementação da agenda neoliberal. Mais recentemente, o jornal atualizou, contra Lula e Dilma, a mesma visão política usada contra Vargas e Jango; se tornou ideológico e politicamente alinhado ao PSDB e o jornal mais agressivo no antipetismo (GUILHERME, 2018a; 2018b e 2018c).

Em trabalho recente, Fernando Azevedo (2017) reforçou que a questão crucial nas pesquisas que têm a imprensa como objeto, é a sua relação com o sistema político e econômico. É preciso atentar-se a como a imprensa se posiciona, se atua de forma equilibrada, se é diversificada, se há pluralidade de opiniões nas páginas dos jornais, se tomam posição ou atuam com imparcialidade, dentre outras questões. Como o mesmo autor pontua, é consenso que a mídia possui grande

poder de agenda, ou seja, ela seleciona, hierarquiza, estabelece enquadramentos, narrativas e opiniões sobre os fatos. A imprensa pode não determinar como as pessoas irão pensar, mas é capaz de determinar sobre que tema e a partir de qual perspectiva seus leitores pensarão sobre um determinado fato ou conjuntura. Ou seja, ela é capaz de ampliar uma temática e/ou esconder outra que não lhe agrade.

Ainda conforme os argumentos de Fernando Azevedo, a imprensa é fundamental na construção da agenda e na mediação do debate político. Ao fornecer, diariamente, análises interpretativas, ela constrói ou destrói imagens e reputações de pessoas e ideias e, assim, atua para formar ou reforçar as preferências políticas, ideológicas e eleitorais de seus leitores. A partir das pesquisas de Afonso de Albuquerque, Azevedo mostra que “a imprensa brasileira age como um ator que intervém e participa historicamente do debate nacional, assumindo posições políticas e ideológicas, mas com um autoatribuído papel moderador” (2017, p. 45-46). Ou seja, a mídia participa de forma militante no debate político que ela narra de maneira, muitas vezes, enviesada. Embora se coloque como fiadora do pluralismo político, imparcial e aberta ao debate, as pesquisas acadêmicas têm desmontado esta autopropaganda e comprovado que, na verdade, esta imprensa julga, a partir de seus próprios critérios políticos, ideológicos e econômicos, quem pode participar do debate, censurando as vozes dissonantes.

O Espaço Aberto que censura o debate

Diariamente, a página A2 do *Estadão* publica dois artigos em seu *Espaço Aberto*. Para esta pesquisa, todos os

textos foram lidos e fichados¹. Abaixo², uma seleção qualitativa e didaticamente dividida sob a forma de grupos profissionais. Focamos nos articulistas mais assíduos e nos agentes partícipes dos acontecimentos político-judiciais de 2016.

Os juristas

Por ser o ano da votação do *impeachment* e, também, devido às várias polêmicas suscitadas na condução da operação Lava Jato, em especial contra o ex-presidente Lula da Silva, vários juristas publicaram suas opiniões no *Estadão*.

Ives Gandra da Silva Martins³, deixou transparecer em seus artigos o notório conservadorismo. A presidenta é descrita como “golpista das instituições brasileiras” pelo seu “espírito guerrilheiro”, “fascinada pelas mais sangrentas ditaduras” e por “tiranetes dos países bolivarianos”. Michel Temer é elogiado como “hábil político e excelente constitucionalista” que possui um “projeto coerente de reconstrução de uma nação arrasada”⁴. Além disso, insiste na prevalência do parlamentarismo sobre o presidencialismo⁵.

¹ Para este artigo foram selecionados os artigos que qualitativamente representam o pensamento padrão publicado no *Espaço Aberto* do jornal.

² Embora sabedor que as normas da ABNT recomendam a referências no corpo do texto com a devida indicação do autor/título do artigo, optei por não fazê-lo. Criei um caminho alternativo para contornar a inviabilidade desta recomendação para um artigo com tantas referências: cada citação direta ou indireta consta em notas de rodapé com a data da edição e página do periódico onde está disponível. Assim, garanto a melhor fluidez da leitura ao mesmo tempo que preservando aos demais pesquisadores a indicação correta da fonte.

³ Advogado, professor da Faculdade Mackenzie e membro da Opus Dei.

⁴ Jornal *OESP*, 02/05 e 14/11/2016, p. A2.

⁵ Jornal *OESP*, 16/02 e 14/09/2016, p. A2.

Miguel Reale Júnior⁶, dedicou seus textos para sustentar a legitimidade e a justiça do impedimento. Para o advogado filiado e contratado pelo PSDB, apenas os “juristas e intelectuais de encomenda” é que argumentam se tratar de um golpe, e reitera a existência de comprovado crime de responsabilidade. O afastamento do PT do governo seria “um passo importante para a moralização da política”. Ele também pediu a prisão do ex-presidente Lula⁷.

O juiz Sérgio Fernando Moro⁸, teve um artigo publicado no jornal. Nele, defende o uso das delações premiadas e a proposta das “10 Medidas Contra a Corrupção” apresentadas ao Congresso por membros do Ministério Público⁹. O procurador Deltan Dallagnol¹⁰, também publicou texto reforçando a importância das “10 Medidas”, que então eram alvo de críticas de advogados e parlamentares¹¹. Rodrigo Janot¹², escreveu para comemorar a mudança de posição no STF a favor da execução provisória de pena a partir de condenação em segunda instância¹³.

A única voz jurídica minimamente dissonante no *Espaço Aberto* do *Estadão* é do advogado criminalista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira. À Operação Lava Jato, levanta críticas à espetacularização midiática, à narrativa de panaceia para todos os males da

nação, comandada por “ladinos da justiça e da honradez” que possuem “uma autoestima exacerbada e têm uma visão pouco democrática, na verdade autoritária, da sociedade e das instituições”. As “10 Medidas” são criticadas como sendo parte da “escalada punitiva” promovida por setores do Judiciário que levaria ao “abuso de autoridade” por juízes e promotores¹⁴.

Como se vê, nenhum jurista ligado ao campo petista teve aberto o espaço no jornal para contraditar as teses a favor do impeachment ou contra o modo de atuação da Operação Lava Jato.

Os jornalistas

Outra categoria profissional a ter grande espaço são os jornalistas. No geral, os textos são excessivamente críticos ao PT, favoráveis à Lava Jato, autoelogiosos à imprensa e de apoio escancarado ao *impeachment* e ao governo Michel Temer. A exceção é Eugênio Bucci, cujos textos se aproximam da neutralidade.

Para Carlos Alberto Di Franco¹⁵, o PT implementou o “bolivarianismo tupiniquim” que “rendeu bons resultados aos seus líderes: muito poder e muito dinheiro”. Segundo ele, a legalização do aborto “sempre foi uma prioridade dos governos petistas”, mas então, “graças ao excelente trabalho técnico de um jovem magistrado [Sérgio Moro]”, respaldado pela imprensa e pela sociedade, “a máquina lulopetista começa a ranger”¹⁶. O jornalista também louva o trabalho da

⁶ Advogado, um dos autores do pedido de *impeachment*, ex-ministro da Justiça no governo FHC e filiado ao partido.

⁷ Jornal *OESP*, 02/01, 02/04, 04/06, 02/07, 06/08 e 01/10/2016, p. A2.

⁸ Responsável pelos julgamentos da Operação Lava Jato e posteriormente Ministro da Justiça de Jair Bolsonaro.

⁹ Jornal *OESP*, 31/05/2016, p. A2.

¹⁰ coordenador da investigação da Lava Jato.

¹¹ Jornal *OESP*, 30/08/2016, p. A2.

¹² Procurador Geral da República.

¹³ Jornal *OESP*, 22/02/2016, p. A2.

¹⁴ Jornal *OESP*, 27/07, 06/09 e 11/11/2016, p. A2.

¹⁵ Consultor do *Estadão*, colunista de vários jornais, também escreve no site Instituto Millenium.

¹⁶ Jornal *OESP*, 15/02, 29/02, 14/03 e 28/03/2016, p. A2.

imprensa e defende o projeto Escola Sem Partido¹⁷.

Fernando Gabeira¹⁸ sempre fala de política e do campo político em seus textos. Embora cite nominalmente vários políticos e vários partidos, Lula e o PT são seus assuntos favoritos. Ele comemora a derrota do partido nas eleições municipais de 2016 e não cansa de elogiar e apoiar todos os passos da Operação Lava Jato¹⁹. Na semana do maior protesto de rua a favor do impeachment, escreveu que iria às ruas para “tirar o Brasil do buraco e encerrar este triste episódio histórico”²⁰.

José Nêumanne Pinto²¹ dedica todos os seus 26 textos para comentar a política, com fortes críticas e grosseiras ironias ao PT, Lula e Dilma, além de rasgados elogios e chamados a que Michel Temer se comporte de forma mais republicana no governo. Na cosmovisão de Nêumanne, Dilma é a “vassala afillhada do privilégio imoral” que ocupa o Palácio do Planalto “como se fosse um aparelho de seus tempos de guerrilheira Estela” para governar com estilo “pouco sagaz e nada sutil”. Lula é sempre ridicularizado por seu passado como “torneiro mecânico”, “trabalhador braçal que chegou à presidência”, “profeta Lula de Caetés”, “loroteiro”, “líder dos oprimidos”, o “sagas chefeão” que “ruge mesmo tendo perdido dentes

e garras”²². O elitismo professoral de Nêumanne transparece na caracterização que faz de Michel Temer após seu primeiro discurso:

Com alívio, a Nação ouviu um chefe de governo que fala a língua de todos nós, o português cuidado com engenho e arte por Camões, Eça, Pessoa, Castro Alves e Machado. Pois é: nossa língua materna onde os gerúndios têm dê, ou seja, andando e não *andano*; os pronomes pessoais, mesmo nas formas coloquiais devem ser usados corretamente (pra eu fazer, em vez de pra *mim* fazer); e adjetivos têm gênero, com mulheres falando obrigada, não *obrigado*, reservado apenas para emprego masculino²³.

Nêumanne ainda reprimiu os que vaiaram Michel Temer na abertura dos Jogos Olímpicos e os que, segundo ele, torceriam contra o sucesso do governo que teria ótimos quadros nos ministérios²⁴.

Em tom ainda mais beligerante contra o petismo, são os artigos de Fernão Lara Mesquita. Por se tratar de um dos herdeiros do centenário periódico, mesmo um breve olhar sobre o que ele escreve, é capaz de nos informar mais sobre a linha editorial político-ideológica repisada diariamente pelo *Estadão*. Há na cosmovisão de Fernão Mesquita, grande aversão ao Estado, aos funcionários públicos, aos impostos, à classe política em geral e ao PT em especial. Na mesma proporção, defende irrestritamente a ideologia da meritocracia, a redução do Estado, o fim da estabilidade para funcionários públicos, a economia neoliberal, as “reformas” de Temer, a atuação da

¹⁷ Jornal *OESP*, 09/05, 18/07 e 01/08/2016, p. A2.

¹⁸ Ex-integrante da luta armada contra a ditadura. Depois, alternou filiações ao PT e ao PV entre os anos 1980-2000. Em 2003, rompeu com o PT, se fixou no PV e se aproximou do PSDB, tornando-se feroz opositor do PT. Desde 2013, é comentarista do canal *Globo News*

¹⁹ Jornal *OESP*, 26/02, 08/04, 17/06, 23/09, 07/10 e 18/11/2016, p. A2.

²⁰ Jornal *OESP*, 11/03/2016, p. A2.

²¹ Colunista e editorialista do jornal, também escreve no site do Instituto Millenium.

²² Jornal *OESP*, 13/01, 10/02, 24/02, 23/03, 06/04 e 20/04/2016, p. A2.

²³ Jornal *OESP*, 18/05/2016, p. A2.

²⁴ Jornal *OESP*, 18/05 e 10/08/2016, p. A2.

grande imprensa, o voto distrital e a criação de um *recall* contra políticos²⁵.

Os professores

Há também dezenas de professores que assinam artigos no *Espaço Aberto* do jornal. No geral, os textos e os autores seguem a mesma linha temática e discursiva apontada até aqui. Denis Rosenfield²⁶, transparece em seus textos a retórica ideológica de que o Estado é o causador de todos os males econômicos e a solução é o livre mercado. Em sua cosmovisão, a Venezuela, o comunismo e o “populismo socialista” do PT são os grandes males a serem combatidos. O *impeachment* de Dilma é apoiado para evitar que o país “rume para o caos”. Michel Temer livraria o Brasil da “mentalidade patrimonialista”, pois toma “atitudes corajosas” logo nos primeiros dias de governo e cujas reformas neoliberais resultariam na pacificação nacional²⁷.

Nos escritos de Ricardo Vélez Rodríguez²⁸, também o PT, Lula e Dilma devem ser expurgados do poder Executivo. Há o reforço da retórica de que a Lava Jato é republicana e o *impeachment* é justo. Nas entrelinhas do texto, percebe-se que a questão, na verdade, é ideológica. Para “desmontar nosso Leviatã tupiniquim”, seria preciso seguir as agendas já apresentadas pelo PSDB, como a privatização de todas as estatais e o fim do “sistema corporativista de inspiração mussoliniana” na legislação trabalhista. O autor vê no governo Temer uma nova

e positiva etapa para a sociedade brasileira²⁹.

Também os textos de Alberto Aggio³⁰ são críticos ao petismo. A presidenta seria a única responsável pela crise econômica e a população deveria ir às ruas clamar pelo *impeachment*. Aggio ainda se dedica a rebater o discurso petista de que se tratava de um golpe parlamentar e culpa Lula pela desunião das esquerdas, campo político no qual ainda inclui o PPS³¹. Luiz Werneck Viana³² tem ar mais professoral em seus escritos onde tece críticas à corrupção no campo político em geral, embora insista em problematizá-la apenas no PT, saudando o *impeachment* como a possibilidade de consolidar o fim do que chama de “nacionalismo autárquico”.

O professor Marco Aurélio Nogueira³³ valoriza a democracia, opõe-se à narrativa petista de que o *impeachment* foi golpe, clama pela conciliação para superar o impasse político e rejeita os dogmatismos à direita e à esquerda³⁴. Para ele, o governo Michel Temer é “prisioneiro do sistema político e permeável às suas chantagens”, mas “não é pior que o governo” Dilma. Ao contrário, Temer chega a ser melhor por supostamente “imprimir um pouco mais de racionalidade na gestão pública” e nas relações entre os poderes³⁵.

Figura sempre presente na grande imprensa, Bolívar Lamounier³⁶,

²⁵ Jornal *OESP*, 19/02, 02/03, 12/03, 18/03, 30/03, 12/04, 19/04, 10/05, 21/05, 30/06, 06/10, 20/10 e 20/12 de 2016, p. A2.

²⁶ Filósofo, professor, e colaborador do Instituto Millenium.

²⁷ Jornal *OESP*, 04/04, 13/06, 08/08, 22/08, 19/09 e 26/12/2016, p. A2.

²⁸ Professor e posteriormente o primeiro ministro da Educação de Jair Bolsonaro.

²⁹ Jornal *OESP*, 20/02, 26/03, 16/04, 08/09 e 31/12/2016, p. A2.

³⁰ Professor e membro da executiva nacional do PPS, ligado à Fundação Astrogildo Pereira.

³¹ Jornal *OESP*, 07/03, 04/04, 07/05, 08/06 e 29/11/2016, p. A2.

³² Sociólogo.

³³ Um dos principais intérpretes de Gramsci no Brasil.

³⁴ Jornal *OESP*, 27/02, 26/03, 23/04 e 25/06/2016, p. A2.

³⁵ Jornal *OESP*, 28/05 e 26/11/2016, p. A2.

³⁶ Cientista político.

assumidamente liberal e direitista³⁷, destila suas críticas ao PT e às esquerdas em geral. Em sua cosmovisão, o PT não passa de um agrupamento de “populistas, picaretas e arengueiros ideológicos” que mitificam a farsa o “nóis contra a zelites”³⁸. Além disso, argumenta que a dicotomia “direita x esquerda” não é mais válida para o Brasil³⁹.

Os donos do dinheiro, os economistas e os tanques de ideias

Diversos empresários ou pessoas ligadas a associações empresariais também escreveram no *Espaço Aberto* do *Estadão*. Porém, nenhum operário, líder sindical ou de movimentos sociais, teve o mesmo acesso. Daniel Feffer⁴⁰ pediu mais abertura comercial; Francisco Balestrin⁴¹ escreveu por menos impostos para o setor; Pedro Ramos⁴² reclamou da judicialização da saúde que causa prejuízo às operadoras de planos; Gastão Reis Rodrigues Pereira⁴³ defendeu a inclusão do “espírito empreendedor” na educação brasileira e o *impeachment* para “restaurar o clima de confiança” dos investidores. Antes de ser nomeado presidente do Banco Central pelo governo Michel Temer, Ilan Goldfajn⁴⁴, mais um que escreve no site do *think*

tank Instituto Millenium, defendeu a manutenção do ajuste fiscal⁴⁵.

Os interesses do agronegócio foram explicitados em textos assinados por presidentes de associações do setor. João Martins da Silva Júnior⁴⁶ reclamou que a crise econômica causa prejuízos ao setor e insinuou-se a favor do *impeachment*; Luiz Carlos Correa Carvalho⁴⁷ disse esperar que o setor fosse tratado com prioridade pelo governo Temer; Luiz Cláudio Paranhos⁴⁸ faz autoelogios à carne brasileira, que pela suposta competitividade e sustentabilidade, conquistam mercados mundiais⁴⁹.

Rubens Barbosa⁵⁰ assina dezenas de artigos no jornal. Neles trata de diversos assuntos relacionados à política internacional⁵¹. Em um deles, coloca-se também como “presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior” que explica e defende como sendo um *think tank* necessário ao estado de São Paulo para debates teóricos e a realização de *lobby* parlamentar em defesa dos interesses industriais paulista⁵². Sobre a política externa brasileira, Barbosa faz várias críticas ao Mercosul e à “politização” e à “partidarização” dos governos

³⁷ Jornal *OESP*, 21/05/2016, p. A2.

³⁸ Jornal *OESP*, 23/04, 08/05 e 10/09/2016, p. A2.

³⁹ Jornal *OESP*, 15/10/2016, p. A2.

⁴⁰ Chairman do ICC Brasil e vice-presidente do Conselho da Suzano Papel e Celulose.

⁴¹ Presidente da Associação Nacional de Hospitais Privados.

⁴² Diretor da Associação Brasileira de Planos de Saúde.

⁴³ Empresário e economista.

⁴⁴ Então economista-chefe e sócio do Itaú Unibanco.

⁴⁵ Jornal *OESP*, 08/10, 07/11, 01/08, 06/01, 21/04 e 05/01/2016, p. A2.

⁴⁶ Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

⁴⁷ Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio.

⁴⁸ Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu.

⁴⁹ Jornal *OESP*, 17/02, 28/05 e 20/08/2016, p. A2.

⁵⁰ Presidente do Conselho de Comércio Exterior da FIESP, ex-embaixador do Brasil nos EUA durante o governo FHC e também escreve no site do Instituto Millenium.

⁵¹ Jornal *OESP*, 26/01, 09/02, 08/03, 14/06, 28/06, 12/07, 09/08, 11/10, 22/11 e 27/12/2016, p. A2.

⁵² Jornal *OESP*, 22/03/2016, p. A2.

“lulopetistas” que, segundo ele, resultou no “isolamento do Brasil nas negociações comerciais globais. Em contraste, os programas do PMDB e de Michel Temer são elogiados pela “credibilidade” e “independência” que resultarão na “volta do crescimento da economia”⁵³.

O time de economistas têm ligações com *think tanks*, associações empresariais e governos anteriores aos do PT, como Maílson da Nóbrega⁵⁴ que escreveu sobre saúde suplementar⁵⁵. Pedro Malan⁵⁶ escreve que o “lulopetismo” deixou uma herança maldita na economia, mas que Michel Temer e Henrique Meirelles acertam na formação da equipe econômica. Para ele, a condução da economia pelo PT só pode ser elogiada enquanto foi mantida a “política macroeconômica não petista” e mesmo o crescimento do PIB registrado após a mudança no segundo governo Lula se mostrou “insustentável”⁵⁷. Roberto Macedo⁵⁸, em mais de uma dezena de artigos, defendeu o *impeachment* como “justa causa” contra a presidenta Dilma Rousseff⁵⁹. Sob o governo Michel Temer, defendeu as propostas de Reforma da Previdência, a PEC do teto dos gastos e pediu para que o governo comunicasse melhor à sociedade sobre a

necessidade, na visão dele, de tais medidas.

É comum observar que muitos autores estão ligados a Fundações, Institutos, Consultorias, e *think tanks* com visões econômicas neoliberais formados e financiados por empresários brasileiros ou estrangeiros. Benedito Ballouk Filho é grão-mestre maçom; Denis Mizne e Camila Pereira, ligados à Fundação Lemann e ao Movimento pela Base Nacional Comum; Fábio de Biazzi é ligado ao Insper; José Márcio Camargo da Opus Gestão e Recursos; Monica de Bolle do Peterson Institute, Nathan Blache da Tendência Consultoria; Paulo Rabelo de Castro da RC Consultores; Pedro Parente é da Prada Consultoria; Priscila Cruz e Eduardo Rombauer do Instituto Democracia e Sustentabilidade e o Movimento Todos Pela Educação; Simon Schwartzman e João Oliveira da Academia Brasileira de Ciência e do Instituto Alfa e Beto⁶⁰.

Flávio Casimiro (2018) analisa muitos destes institutos e *think tanks* que ele qualifica como aparelhos de ação política e ideológica fundamentais para a consolidação da hegemonia neoliberal no Brasil. Eles formulam e divulgam projetos de poder, agem em sentido doutrinário, na produção do consenso e na proposição de políticas públicas que visem ao desmonte do Estado de bem-estar. Para isso, o “gota-a-gota simbólico” diário na grande imprensa, promovido pelos intelectuais treinados, financiados e a serviços destes tanques de ideias, naturaliza e universaliza os interesses da burguesia como sendo interesses de toda a sociedade. Além de formar, ideologicamente, a classe média leitora dos jornais, oferece-os

⁵³ Jornal *OESP*, 23/02, 12/04, 10/05 e 13/09/2016, p. A2.

⁵⁴ Ex-ministro da Fazenda durante a hiperinflação do governo José Sarney (PMDB) e também ligado ao Instituto Millenium.

⁵⁵ Jornal *OESP*, 13/01/2016, p. A2.

⁵⁶ Ex-ministro da economia nos oito anos do governo FHC é mais um que escreve no site do Instituto Millenium.

⁵⁷ Jornal *OESP*, 17/03, 19/05, 04/08 e 18/08/2016, p. A2.

⁵⁸ Economista, ex-presidente do IPEA no governo Fernando Collor e conselheiro da Associação Comercial de São Paulo.

⁵⁹ Jornal *OESP*, 15/09, 20/10 e 15/12/2016, p. A2.

⁶⁰ Jornal *OESP*, 23/07, 16/01, 28/09, 17/09, 23/01, 26/12, 03/02, 26/04, 15/06 16/03/2016, p. A2.

argumentos para reproduzir a ideologia em outros ambientes societários.

Nas páginas do *Estadão*, é grande a quantidade de articulistas ligados ao Instituto Millenium, “intelectual coletivo de difusão da ideologia de mercado” (CASIMIRO, 2018, p. 347) para a produção do consenso. Criado em 2006, o Instituto recebe doações de empresários, tem ligações com universidades, as grandes empresas de mídia e associações patronais. Promove diversos eventos, seminários e jantares para conagração de seus pares. Em teoria, defende a “liberdade de expressão” e a “pluralidade de ideias”, mas na prática propagam um monólogo em defesa do individualismo e da meritocracia, “com as bandeiras de defesa da propriedade privada, da economia de mercado e da redefinição do papel da estrutura institucional do Estado” (CASIMIRO, 2018, p. 348)

Os políticos do campo aliado

Há uma grande relação de políticos de carreira ou pessoas associadas a partidos ou governos que também escrevem no *Espaço*. Ao todo, 14 nomes estão ligados ao PSDB ou aos governos tucanos, 02 ao governo Michel Temer, 02 em ambos governos e outros 02 ocuparam posição periférica em governos petistas.

Apresentado como “sociólogo e ex-presidente”, Fernando Henrique Cardoso assinou um artigo por mês no jornal. FHC é presença constante no *Estadão*. Há sempre entrevistas exclusivas, repercussão de falas do ex-presidente, aspas em reportagens e até o convite para escrever o prefácio do livro de José Fucs (2017), que reuniu as reportagens publicadas pelo jornal em defesa da agenda ultraliberal do governo Temer. Segundo Perry Anderson (2016), durante a crise

política do governo Dilma Rousseff, o ex-presidente FHC se tornou quase onipresente na grande imprensa, atuando como oráculo intelectual em defesa do retorno do neoliberalismo.

FHC abriu o ano na esperança de que os ventos neoliberais do continente latino soprassem também sobre o Brasil do “clientelismo” “lulopetista” que ainda crê em “noções atrasadas” e usa o “embuste” retórico da luta de classes para enganar “o cidadão comum”. O *impeachment* de Dilma, claro, é defendido como estritamente constitucional. O novo governo deveria ser rápido em “corrigir os desatinos fiscais”, “desaparelhar o Estado”, “reconquistar a confiança da sociedade” e “retomar a agenda de reforma”. Em suma, o novo governo deve ser neoliberal como FHC foi⁶¹. Para resolver o “nó político”, o tucano repisa a velha proposta do PSDB em favor do parlamentarismo⁶².

Uma vez instalado o governo Michel Temer e sacodido logo nas primeiras semanas pelo escândalo que derrubou o ministro Romero Jucá, FHC escreveu que “não é hora só para acusações”, mas sim de “aceitar as diferenças e conciliar pontos de vista”⁶³. O ex-presidente parece bem animado sobre a presença do PSDB no governo cuja “agenda de reformas” é “uma oportunidade para devolver grandeza à política”. Por isso, o PSDB deveria “tomar a dianteira”, “olhando para o futuro, sem esquecer de desmascarar o passado” lulopetista⁶⁴.

Sérgio Amaral⁶⁵ escreveu na esperança de que o “populismo” seja varrido da

⁶¹ Jornal *OESP*, 03/01, 07/02 e 03/04/2016, p. A2.

⁶² Jornal *OESP*, 06/03 e 05/06/2016, p. A2.

⁶³ Jornal *OESP*, 03/07 e 07/08/2016, p. A2.

⁶⁴ Jornal *OESP*, 02/10/2016, p. A2.

⁶⁵ Diplomata e ex-secretário de comunicação social do governo FHC.

América do Sul e criticou a adesão de parte da imprensa internacional à tese de que o *impeachment* fosse um golpe⁶⁶. No mesmo sentido, Celso Lafer⁶⁷ também defendeu o *impeachment* de Dilma Rousseff como necessário⁶⁸. O agrônomo Xico Graziano⁶⁹ escreveu loas ao agronegócio e aos alimentos transgênicos⁷⁰. Some-se a estes ex-ministros do governo FHC, os nomes de Pedro Malan, Geraldo Brindeiro e Miguel Reale Jr., já anteriormente citados⁷¹.

Outros dois nomes que fizeram parte do governo FHC e depois ingressaram no governo Michel Temer, também escreveram no *Espaço*. Pedro Parente⁷² escreveu clamando por redução de impostos ao empresariado⁷³. O então senador José Serra⁷⁴ (PSDB) foi nome assíduo no jornal em defesa do *impeachment* de Dilma Rousseff, e da necessidade de substituição do presidencialismo pelo regime parlamentarista como solução até mesmo para a crise econômica⁷⁵.

Em janeiro, o então vice-presidente Michel Temer publicou artigo no *Espaço Aberto* do *Estadão*. Nele, apresentou suas propostas de governo a partir do “Uma Ponte para o Futuro”,

lançado pelo PMDB no ano anterior, em especial, pela necessidade de um novo pacto federativo que dê mais autonomia para estados e municípios. Em outro texto, agora já como presidente, colocou-se como democrático e também defendeu sua política externa como sendo “a favor do Brasil” e não de interesses ideológicos⁷⁶.

Embora seja possível dizer que Aldo Rebelo e José Viegas tiveram participação em governos do PT, ambos não usam seus textos para comentar sobre política ou então para defender o legado petista. Viegas⁷⁷, escreve sobre a Síria⁷⁸. Rebelo, já rompido com o PCdoB, partido pelo qual militou por décadas, defende o Código Florestal ante os argumentos dos ambientalistas e também critica a decisão do STF que proibiu as vaquejadas⁷⁹.

Os militares

Condizente com seu histórico de proximidade com os quartéis, o jornal *O Estado de S. Paulo* abre generoso espaço para que militares da reserva publiquem textos relativos às questões militares, mas principalmente, textos que comentem o desenrolar da crise política. Ao todo, três militares escreveram 16 artigos no *Espaço Aberto* do jornal ao longo do ano. Em comum, o tom ameaçador ao campo político, o temor ao pensamento gramsciano e ao Foro de São Paulo, repulsa ao PT, loas às Forças Armadas, defesa irrestrita ao juiz Sérgio Moro e à Operação Lava Jato e insinuações de novas intervenções militares na política.

O general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva escreveu um texto com

⁶⁶ Jornal *OESP*, 08/03 e 29/04/2016, p. A2.

⁶⁷ Ex-ministro das Relações Exteriores no governo FHC.

⁶⁸ Jornal *OESP*, 17/04/2016, p. A2.

⁶⁹ Ex-chefe de gabinete do governo FHC.

⁷⁰ Jornal *OESP*, 05/01 e 02/02/2016, p. A2.

⁷¹ Jornal *OESP*, 15/03/2016, p. A2.

⁷² Ex-ministro do Planejamento que possibilitou as privatizações, ex-chefe da Casa Civil e ex-ministro de Minas e Energia no governo FHC. No governo Temer foi presidente da Petrobrás.

⁷³ Jornal *OESP*, 26/04/2016, p. A2.

⁷⁴ Ex-ministro do Planejamento e da Saúde nos governos de FHC, depois governador de São Paulo e prefeito da capital. No governo Temer, foi ministro das Relações Exteriores

⁷⁵ Jornal *OESP*, 14/01, 25/02, 24/03, 28/04 e 12/05/2016, p. A2.

⁷⁶ Jornal *OESP*, 16/01, 09/08 e 25/12/2016, p. A2.

⁷⁷ Ex-ministro da Defesa do governo Lula.

⁷⁸ Jornal *OESP*, 01/03/2016, p. A2.

⁷⁹ Jornal *OESP*, 17/09 e 19/11/2016, p. A2.

fortes críticas ao campo político. Para ele, o Legislativo tem “credibilidade precária” e o sistema político “está falido e precisa ser reformado”. Apenas o juiz Sérgio Moro e a Operação Lava Jato é que são de fato “patriotas”. O STF é pressionado a não autorizar a nomeação de Lula como ministro pois o PT e seus aliados “quebraram o Brasil no campo moral, político e econômico e implantaram [...] a estratégia gramsciana do Foro de São Paulo para transformar nossa democracia num regime socialista”. A “redenção do Brasil” só se daria por meio de um “choque de valores morais e cívicos”, uma “revolução” que acabe com as ideologias nas escolas. Quanto às Forças Armadas, “fiadoras legais dos poderes constitucionais, da lei e da ordem”, só interviriam no processo político em caso de “risco para a paz interna, a coesão nacional e a sobrevivência do Estado”⁸⁰.

O general Rômulo Bini Pereira escreveu cinco vezes no *Estadão*. Antes do *impeachment*, acusou Dilma, “essa ex-guerrilheira, ainda considerada heroína por setores das esquerdas radicais” de se cercar dos “movimentos ditos sociais” e de “intelectuais de esquerda e escudeiros do PCdoB” para promover uma retórica baseada no “confronto ideológico criado pelo Foro de São Paulo”, levando o país à “instabilidade institucional”. No final do ano, já sob o governo Temer, o general foi mais direto no texto “alertar é preciso (2)”: diante de um Legislativo corrupto, um STF dividido e um Executivo desgastado, “os adeptos da adoção de uma intervenção militar vêm crescendo visivelmente”. O general comemorou que estes “cidadãos de meia-idade” que viveram o “regime militar”, viam nas Forças Armadas a “única solução para a

crise” política, econômica e moral do país. Portanto, segundo ele: “se o clamor popular alcançar relevância, as Forças Armadas poderão ser chamadas a intervir [...] por isso, repito: alertar é preciso”⁸¹.

Para o almirante Mário Cesar Flores, ex-ministro da Marinha do governo Fernando Collor, o quadro político e social do Brasil em 2016 era desolador. Defensor do impeachment de Dilma Rousseff e torcedor para que o governo Temer tenha sucesso, seus textos tentaram teorizar sobre os problemas do regime político democrático. Para ele, o “problema básico” da democracia é a “escolha do eleitorado” em políticos “populistas” e “incompetentes”⁸².

Considerações finais

Como se vê, os textos são uníssonos. Reproduzem a construção semântica de que: o PT, o ex-presidente Lula e todas as frações de esquerda são autoritários, corruptos e populistas; o *impeachment* estava juridicamente fundamentado; o governo Temer é competente e possui a única agenda econômica possível. Além disso, é escancarada a preferência por ceder o espaço para articulistas do campo político-ideológico à direita e neoliberal. Não há nenhuma voz alternativa. Ninguém do campo da esquerda, ligado aos movimentos sociais, sindicais, negro, periférico, LGBTQIA+ ou desenvolvimentista na economia é autorizado a publicar no *Estadão*.

Como se percebe pela lista de articulistas e suas atuações passadas, presentes e futuras no meio político, todos fazem parte do mesmo campo ideológico no qual se insere o jornal. Em recente publicação, Dênis de

⁸⁰ Jornal *OESP*, 06/04/2016, p. A2.

⁸¹ Jornal *OESP*, 02/04 e 15/12/2016, p. A2.

⁸² Jornal *OESP*, 31/03, 23/05, 30/07, 25/08 e 17/12/2016, p. A2.

Moraes discutiu que o papel da grande imprensa é forjar o consenso e neutralizar o dissenso. Para isso, reúne uma “tropa de choque de analistas, comentaristas e colunistas” (2019, p.52) para endossar a posição editorial do jornal, seus sócios e também desejada pelas empresas que o patrocinam. A imprensa brasileira está instrumentalizada pelos *think tanks* ligados ao mercado financeiro que recrutam, financiam e oferecem posições de destaque aos “especialistas” cujas opiniões não trazem risco à ideologia das classes dominantes e ainda combatem as ideias dissonantes, dando ar de interesse geral às necessidades do mercado. Ou seja, o jornal afirma estar debatendo quando, na verdade, está apenas doutrinando seus leitores sem apresentar-lhes qualquer alternativa para reflexão.

O jornal pode argumentar, em sua defesa, que não procura os articulistas, mas sim que é procurado por eles e só publica os textos que recebe. Assim, seria mera coincidência o monólogo político-ideológico do *Espaço Aberto*. Considerando, porém, este possível argumento da empresa jornalística, seria sua obrigação, como veículo de informação que se pretende imparcial e fomentador do debate público, buscar e insistir para que articulistas com posições diversas também escrevessem para o jornal. Fato é que a família Mesquita e seus sócios do mercado financeiro, preferem não abrir o “espaço aberto” para opiniões divergentes das suas.

Esta pesquisa reforça o que o já clássico trabalho de Francisco Fonseca (2005) comprovou: não há pluralismo de ideias ou debate nas páginas do *Estadão*: o jornal veta o debate; censura as vozes dissonantes; desqualifica o adversário político-ideológico; exagera na

dicotomia simplista do “bem x mal”; vulgariza problemas complexos; apresenta uma simplificação ultraliberal como única solução possível. Como também argumenta Dênis de Moraes (2019), parte da imprensa não gosta de ser questionada, por isso restringe as vozes dissonantes e as rotula com jargões superficiais, primitivos, anacrônicos e atrofiados. Nas sempre ácidas palavras de Atílio Boron, na “divisão do trabalho” em busca da hegemonia ultraliberal pró-mercado e anti-social, “a imprensa se encarrega de linchar diariamente os indesejáveis e de preparar um clima adverso aos opositores perante a opinião pública” (2019, p. 112). Depois, o Congresso derruba a presidenta, e “reforma” as leis, enquanto que o Judiciário prende as lideranças opositoras.

Ao agir assim, a imprensa se torna, ela própria, um partido político. Como mostra Antonio Gramsci, a imprensa é o meio mais que eficiente para “organizar e difundir determinado tipo de cultura” (2001, p. 32). Como já alertaram Capelato e Prado (1980, p. 19), devemos compreender a grande imprensa como um “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”. Ou seja, a imprensa age como “aparelho privado de hegemonia” ou um “partido”, uma “trincheira” ideológica na “guerra de posições” cujos jornalistas/editores atuam como “intelectuais orgânicos” a serviço dos seus patrões na busca pelo “consenso” da narrativa pretendida pela empresa jornalística para consolidar-se como “hegemônica”. Em outras palavras, o *Estadão* agiu em 2016 como um eficiente organizador dos seus leitores de classe média e alta em apoio ao *impeachment*, a agenda neoliberal e o governo de Michel Temer. O jornal tomou parte, escancaradamente, no embate político, econômico e social

travado pela sociedade brasileira em 2016. Em nenhum momento, as páginas do *Espaço Aberto* foram abertas e serviram para debater, mas, sim, serviram para reforçar a doutrinação antipetista e pró-neoliberal.

Em seu trabalho o que considerou um golpe em 2016, o sociólogo Jessé Souza sempre pontua a importância da imprensa, a serviço da elite do dinheiro, na construção da legitimidade para o *impeachment* e as reformas neoliberais. Segundo ele, a função da imprensa é manipular a classe média a partir de informações seletas e opinião instrumentalizada, enquanto se apresenta como neutra. Assim, o público “perde a possibilidade de construir uma opinião autônoma e independente a partir da pluralidade dos argumentos em debate [...] criam uma fraude evidente. A semelhança de opiniões visa criar, em um público sem padrão de comparação, um arremedo de debate” (2017, p. 125). Ao agir assim, esta imprensa censora contribui para o fortalecimento de movimentos antidemocráticos, que desprezam o debate reflexivo, os valores acadêmicos e os dados científicos, como se vê em muitas falas e atitudes do atual governo de Jair Bolsonaro.

Referências

ANDERSON, Perry. **Crisis In Brazil**. London Review of Books, v. 38, n. 8, abr./2016.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **A grande imprensa e o PT (1989-2014)**. São Carlos: Edufscar, 2017.

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017.

BORON, Atílio. Governos “pós-progressistas” e a degradação da imprensa e da justiça. In: MORAES, Dênis (org.). **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FONSECA, Francisco. **O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2005.

FUCS, José. **A reconstrução do Brasil**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 2017.

GONÇALVES, Mírian (org.). **Enciclopédia do golpe: o papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018.

GUAZINA, Liziane; PRIOR, Hélder; ARAÚJO, Bruno (org.). **(Des)construindo uma queda: a mídia e o impeachment de Dilma Rousseff**. Florianópolis: Insular, 2019.

GUILHERME, Cássio Augusto. A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Revista Dimensões**. v. 40, julho de 2018a.

GUILHERME, Cássio Augusto. De volta ao passado: a proposta neoliberal do Estadão no pós-golpe. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 208, setembro de 2018b.

GUILHERME, Cássio Augusto. Rouba mas reforma: o Estadão como advogado de defesa de Michel Temer. **Anais do XXIV Encontro Regional de História da ANPUH-SP**, 2018c.

MORAES, Dênis. Forjar o consenso, neutralizar o dissenso: a mídia e os intelectuais nas disputas ideológicas. In: MORAES, Dênis (org.). **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso. Da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

Recebido em 2021-05-29
Publicado em 2022-03-01